



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4312A

**Presidente da Mesa Diretora:** João Hamilton Silveira

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Servidores da Câmara de Montes Claros

**Autoria:** Mesa Diretora

**Data:** 17/03/1994

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 79, de 03/05/1994. Dispõe sobre a organização administrativa e estabelece normas de provimento dos cargos, movimentação e remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 11

**Posição:** 72A

**Número de folhas:** 62

---



# Câmara Municipal de Montes Claros

Resolução nº 79/94

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Organização Administrativa e estabelece normas de provimento dos cargos, movimentação e remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros

## MOVIMENTO

- 1 - Entrada: 17/03/1994 - 12/04/1994
- 2 - Aprovado: 03/05/1994
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

# CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO No. 79

" Dispõe sobre a organização administrativa e estabelece normas de provimento dos cargos, movimentação e remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros."

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprovou e promulga a seguinte Resolução:

## CAPITULO I

-----

### DO ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO E HIERARQUIA

Art. 1o. - A Câmara Municipal de Montes Claros é administrada pela sua Mesa Diretora, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente, 1o. Secretário e 2o. Secretário, eleitos pelo plenário, na forma estabelecida pelo seu Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 2o. - A estrutura funcional é composta de Direção Administrativa, Coordenadorias, Assessorias, Consultorias e Auxiliares Técnicos e Operacionais, organizadas em unidades.

PARAGRAFO UNICO - Os cargos com seus respectivos números de vagas estão contidos no anexo II, que faz parte integrante desta resolução.

## SEÇÃO I

-----

### DAS COORDENADORIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 3o. - As Coordenadorias Administrativas estão posicionadas na linha de hierarquia funcional do organograma administrativo da Câmara, em situação intermediária às unidades de assessoramento e operacionais.

Art. 4o. - São cargos de Coordenadoria Administrativa:

I - Gerente Administrativo, cargo de confiança de recrutamento amplo, com a função de coordenar a ação funcional das assessorias, implementar as decisões da Mesa Diretora e coordenar os serviços e pessoal nas unidades de suporte operacional.

II - Coordenador de Setor Operacional, como função gratificada, com atribuição de ordenar, supervisionar e controlar os serviços nas unidades operacionais, por designação do Presidente da Câmara.

## SEÇÃO II

-----

### DAS ASSESSORIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 5o. - As Assessorias são suportes técnicos às ações administrativas da Mesa Diretora, no desempenho de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 6o. - São as seguintes Assessorias Técnico-Administrativas:

- I - Assessoria Técnica Legislativa;
- II - Assessoria Técnica Financeira;
- III - Assessoria Jurídica Legislativa;
- VI - Assessoria Técnica Parlamentar;
- V - Assessoria Técnica de Gabinete;
- VI - Assessoria de Imprensa e Comunicação.

## SEÇÃO III

-----

### DOS SERVIÇOS E UNIDADES OPERACIONAIS

Art. 7o. - São suportes operacionais à administração, as seguintes unidades e serviços:

- a) - Recepção;
- b) - Gabinetes de Vereadores;
- c) - Plenário;
- d) - Central de Telefonia;
- e) - Centro de Processamento de Dados;
- f) - Central de Reprografia (xerox);
- g) - Transportes;
- h) - Almoxarifado;
- i) - Arquivo Geral;
- j) - Relógio de Ponto;
- k) - Cantina;
- l) - Vigilância;

- m) - Som Ambiente;
- n) - Limpeza Geral.

Art. 8o. - O organograma administrativo é estruturado em grupos hierárquicos, na ordem decrescente, iniciando-se com a administração, coordenadorias, assessorias e unidades operacionais.

## CAPITULO II

-----

### DO PROVIMENTO DOS CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL

#### SEÇÃO I

-----

#### DO PROVIMENTO

Art. 9o. - O provimento de cargo pode ser em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 10o. - A investidura em cargo efetivo da Câmara Municipal é acessível aos brasileiros que preencham os requisitos desta Lei, vedada qualquer discriminação. Depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, será precedida de exame médico e o ingresso dar-se-á no vencimento base do nível inicial.

Art. 11o. - O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, através de Decreto-Administrativo do Presidente da Câmara.

Art. 12o. - Durante o período de validade do concurso, os aprovados serão convocados observada rigorosamente a ordem de classificação, para o preenchimento das vagas existentes.

Art. 13o. - Compete à Câmara, através de Projeto-de-Resolução, regulamentar o concurso público, que será realizado por comissão designada pela Mesa Diretora, podendo ainda ser promovido por instituição especializada, mediante contrato ou convênio.

Art. 14o. - O provimento de cargo em comissão ou de confiança é de livre nomeação e exoneração, através de recrutamento amplo ou limitado, conforme se acha previsto em Lei.

& 1o. - O provimento de cargo de recrutamento amplo proceder-se-á mediante livre escolha do Presidente da Câmara.

& 2o. - O provimento de cargo de recrutamento limitado far-se-á mediante o aproveitamento de servidores titulares de cargos efetivos da Câmara, por Portaria do Presidente.

Art. 15o. - A abertura de vagas e/ou a criação de cargos no quadro de provimento efetivo ou em comissão, dar-se-á por Projeto de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora.

Art. 16o. - Os cargos são providos, observadas a legislação própria, por:

- I - Nomeação;
- II - Promoção;
- III - Acesso;
- IV - Substituição;
- V - Remoção;
- VI - Reintegração;
- VII - Reversão;
- VIII - Recondução;
- IX - Aproveitamento.

## SEÇÃO II

-----

### DA NOMEAÇÃO

Art. 17o. - Nomeação é o ato inicial do procedimento de investidura do servidor no cargo.

Art. 18o. - Somente poderá ser admitido para ocupar cargo quem satisfizer os seguintes requisitos:

- I - ter sido aprovado em concurso público;
- II - ter completado dezoito anos de idade;
- III - comprovar quitação com as obrigações decorrentes da legislação eleitoral e militar;
- IV - gozar de boa saúde física e mental, comprovada por laudo expedido pelo órgão competente.

PARAGRAFO UNICO - Não se aplica aos cargos comissionados o disposto no inciso I deste artigo.

## SEÇÃO III

-----

### DA PROMOÇÃO

Art. 19o. - Promoção é a passagem do servidor para cargo vago de classe imediatamente superior.

Art. 20o. - Para concorrer a promoção, o servidor deverá satisfazer, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - encontrar-se no exercício de cargo de classe imediatamente inferior;

II - contar, no mínimo, com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício na classe;

III - não ter sofrido punição nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a promoção.

Art. 21o. - A promoção será concedida por mérito e qualificação profissional, apurados pelo método de análise de fatores, previsto nesta Resolução.

#### SEÇÃO IV

-----

#### DO ACESSO

Art. 22o. - Acesso é a passagem do servidor público ocupante de cargo efetivo, para cargo de outra classe.

& 1o. - O acesso dependerá de existência de vaga e habilitação em concurso de provas escritas.

& 2o. - Ao servidor beneficiado pelo acesso será atribuído vencimento correspondente ao nível inicial da nova classe ou nível mais próximo, se já tiver obtido nível de remuneração superior ao inicial da nova classe.

#### SEÇÃO V

-----

#### DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 23o. - Substituição é o provimento e exercício eventual do cargo do qual o titular esteja afastado temporariamente.

PARAGRAFO UNICO - Ao servidor titular de cargo efetivo, designado para o exercício de cargo de provimento em comissão, fica assegurado o retorno ao seu cargo de origem.

#### SEÇÃO VI

-----

#### DAS OUTRAS FORMAS DE PROVIMENTO

Art. 24o. - Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito das unidades administrativa e operacional da Câmara Municipal.

Art. 25o. - Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo ou função anteriormente ocupado, por força de decisão judicial, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

& 1o. - Na hipótese do cargo anterior ter sido extinto, a reintegração dar-se-á em cargo de igual nível de responsabilidade.

& 2o. - Não havendo cargo vago a ser provido pelo reintegrado, a Câmara promoverá a respectiva criação, através de Resolução.

Art. 26o. - Reversão é o reingresso do aposentado por invalidez, após verificado, por inspeção médica, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

PARAGRAFO UNICO - Não poderá reverter o servidor que tenha completado 70 (setenta) anos de idade.

Art. 27o. - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo ou função que ocupava anteriormente ou correlato ao transformado, decorrente de inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo.

Art. 28o. - O aproveitamento em outro cargo é o retorno do servidor em disponibilidade remunerada.

### CAPITULO III

-----

#### DOS CARGOS, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Art. 29o. - Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Cargo - o conjunto de deveres, responsabilidades, tarefas, autoridade que se comete ao ocupante.

II - Atribuições - tarefas funcionais do cargo, segundo os equipamentos, instalações, instrumentos, habilidades e complexidade das atividades.

III - Requisitos - conjunto de características necessário ao bom desempenho do cargo, avaliado por método próprio adotado pela Câmara Municipal;

IV - Função Pública - o conjunto de atividades administrativas, técnicas e operacionais, que se comete ao servidor;

V - Servidor - a pessoa legalmente investida no cargo ou função pública;

VI - Quadro de Pessoal - o conjunto de classes de cargos de natureza efetiva e de confiança da estrutura funcional;

VII - Classe - o conjunto de cargos com atribuições da mesma natureza, com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade;

VIII - Grupo Hierárquico - a graduação numérica dos cargos ou classes, por nível de hierarquia e autoridade definida no organograma administrativo;

IX - Ficha Técnica Funcional - é a identificação dos elementos característicos do cargo ou função e dos requisitos exigidos, para exercê-lo;

X - Lotação - é a indicação da unidade administrativa ou operacional em que o servidor deva ter exercício funcional, a ser definida por Resolução ou por portaria baixada pelo Presidente da Câmara.

XI - A correlação de cargos, e suas respectivas classes e nomenclaturas estão contidas no anexo I integrante desta resolução.

#### CAPITULO IV

-----

#### DA REMUNERAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

Art. 30o. - Remuneração é a retribuição pecuniária correspondente à soma do vencimento com os adicionais e demais vantagens a que o servidor tem direito.

PARAGRAFO UNICO - A remuneração do aposentado denomina-se provento.

Art. 31o.- Vencimento é o valor mensal devido ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível da faixa da respectiva classe, cujo valor é fixado por Resolução.

Art. 32o. - As classes são desdobradas em níveis correspondentes aos vencimentos, escalonados em ordem crescente.

Art. 33o. - O valor atribuído ao nível de vencimento será devido à jornada de trabalho ou por acordo coletivo de trabalho, prevista para a classe a que pertence o servidor.

PARAGRAFO UNICO - A jornada de trabalho é indicada na ficha técnica funcional de cada cargo ou função, necessária ao desempenho das atribuições, de acordo com a legislação própria e o horário de funcionamento da Câmara Municipal.

Art. 34o. - A remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros é, no que couber, isonômica à dos servidores da Prefeitura Municipal.

## SEÇÃO I

-----

### DA SUBSTITUIÇÃO E DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

Art. 35o. - Ao servidor efetivo, designado eventualmente para exercer cargo de provimento em comissão, será paga uma gratificação de 30 (trinta) por cento do vencimento base do seu cargo efetivo, nos casos em que a designação for por um período inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 36o. - Ao servidor em adjunção na Câmara Municipal poderá ser concedida gratificação de até 30 (trinta) por cento do vencimento base do seu cargo de origem.

Art. 37o. - Ao servidor em substituição por período superior a 30 (trinta) dias será paga uma gratificação equivalente à diferença verificada entre seu vencimento base e o vencimento base do cargo do substituído, nos casos em que este for superior àquele.

Art. 38o. - O Presidente da Câmara poderá conceder abono provisório aos servidores do quadro efetivo e em comissão cujo abono será incorporado ao vencimento no mês em que houver compensação de perdas salariais do servidor.

Art. 39o. - O servidor poderá receber, além do vencimento, as seguintes vantagens pecuniárias:

I - Diárias para viagens, mediante autorização prévia de solicitação de despesas;

II - Vale-Transporte;

III - Hora-extra, mediante autorização prévia;

IV - Outras vantagens pecuniárias, conforme dispuser o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

## SEÇÃO II

-----

### DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Art. 40o. - Para atender a necessidade de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal, por tempo determinado, limitado às seguintes situações:

I - Atender situações de calamidade pública;

II - Prejuízo ou perturbações da prestação de serviços essenciais da Câmara Municipal;

III - Em decorrência de demissão ou exoneração, falecimento, aposentadoria do servidor das unidades administrativas e operacionais;

IV - Executar serviços técnicos profissionais de notória especialização.

& 1o. - As contratações serão feitas por um período máximo de 06 (seis) meses.

& 2o. - O contrato é de natureza de direito administrativo e o contratado não é considerado servidor público.

### SEÇÃO III

-----

#### DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 41o. - A progressão horizontal é o acesso do servidor ao nível de vencimento imediatamente superior ao que se acha posicionado na tabela de progressão da respectiva classe, mediante prévia avaliação de desempenho e observado o interstício de dois anos de efetivo exercício.

PARAGRAFO UNICO - A tabela de que trata este artigo é constituída por 18 (dezoito) níveis de vencimento, colocados em ordem crescente, com variação percentual de 3% (tres por cento), progressivamente, entre os níveis.

Art. 42o. - A progressão vertical é a superposição de níveis de vencimentos base entre as classes, representada por variação percentual progressiva entre os cargos, que possibilita a carreira do servidor, mediante promoção ou acesso.

Art. 43o. - O quadro de progressões horizontal e vertical, constando os níveis de vencimentos e respectivos valores, será estabelecido através de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora.

### SEÇÃO IV

-----

#### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 44o. - A avaliação deve aferir o desempenho do ser-

vidor no cumprimento das atribuições de seu cargo, permitindo o seu desenvolvimento profissional de carreira e remuneração.

Art. 45o. - Na avaliação de desempenho serão considerados os seguintes fatores:

- a) - assiduidade;
- b) - pontualidade;
- c) - disciplina;
- d) - confiabilidade;
- e) - dedicação;
- f) - iniciativa.

PARAGRAFO UNICO - Além dos fatores a que se refere este artigo, serão levados ainda em consideração a complexidade das atribuições do cargo, bem como o esforço físico e mental que se exigir do servidor para exercê-las.

Art. 46o. - A Direção Administrativa da Câmara Municipal compete promover a avaliação do servidor, a cada dois anos de efetivo exercício, para efeito de progressão horizontal.

Art. 47o. - A jornada semanal de trabalho é de 40 (quarenta) horas. Em caso de adoção do sistema de horário corrido, em dois turnos de 06 (seis) horas, a referida jornada será de 30 (trinta) horas.

Art. 48o. - O servidor poderá ser colocado em adjunção para exercer atribuições funcionais em outro órgão ou entidade, por tempo determinado, havendo interesse da Câmara Municipal, mediante contrato ou convênio.

## CAPITULO V

-----

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49o. - No ato do seu enquadramento dentro da nova estrutura administrativa criada por esta Resolução, o servidor que se sentir prejudicado em seus direitos, poderá recorrer à Mesa Diretora, através de requerimento fundamentado.

Art. 50o. - O Presidente da Câmara, através de portaria promoverá a lotação dos servidores nos diversos setores administrativos e/ou operacionais, segundo os seus respectivos cargos e atribuições.

Art. 51o. - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 52o. - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de Montes Claros, 03 de maio de 1994.

Vereador João Hamilton Silveira  
- Presidente -

Vereador José Geraldo de Oliveira  
- 1o. Secretário -

# CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ANEXO I

TITULO : QUADRO DE CORRELAÇÃO DE CARGOS, CLASSES E NOMENCLATURAS

NOMENCLATURA ANTERIOR DOS CARGOS	No. DE VAGAS	NOMENCLATURA ATUAL
-------------------------------------	-----------------	--------------------

### COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Diretor executivo	uma	Gerente Administrativo
-------------------	-----	------------------------

### ASSESSORIAS

Contador	uma	Assessor Técnico Financeiro
Secretário Executivo	uma	Assessor Técnico Legislativo
Assessor Jurídico Par- lamentar	uma	Asses. Jurídico Legislativo
Assessor de Gabinete	uma	Assessor Técnico de Gabinete
Assessor Parlamentar	uma	Assessor Técnico Parlamentar
Assessor de Imprensa	uma	Asses. Imprensa e Comunicação

### AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

Técnico em Contabilidade	uma	Assist. Técnico Administrativo
Assistente Legislatvo	uma	Assist. Administrativo II
Aux. Administrativo II	uma	Assist. Administrativo I

### SETORES OPERACIONAIS

Vigia	uma	Assistente Operacional I
Aux.de servicos gerais	cinco	Assistente Operacional I
Recepcionista	duas	Assistente Operacional II
Encarregado Serv.Gerais	uma	Assistente Operacional III
Telefonista	duas	Assistente Operacional III
Motorista	uma	Assistente Operacional IV
Aux. Administrativo I	duas	Assistente Operacional IV
Almoxarife	uma	Assistente Operacional IV
Program. de Computador	duas	Assist. Técnico Operacional

### AUXILIARES PARLAMENTARES

Assessor Legislativo	vinte e quatro	Assistente Parlamentar
Auxiliar de Gabinete	vinte e uma	Auxiliar de Gabinete

TITULO : QUADRO DEMONSTRATIVO DE GRUPOS E HIERAQUICOS, NIVEIS, CLASSES, CARGOS, NUMERO DE VAGAS, FORMAS DE PROVIMENTO E NIVEIS DE VENCIMENTO NA CLASSE.

GRUPOS HIERARQUICOS	NIVEL	CLASSES	CARGOS	No. DE VAGAS	PROVIMENTO	NIVEL SAL. NA CLASSE
Coordenacoes Administrativas	I	I	Gerente Administrativo	uma	Comissao	I
			Coordenador de Setor Operacional	uma	Func.Gratif.	
Assessorias	II	II	Assessor Tecnico Legislativo	uma	Efetivo	II
			Assessor Tecnico Financeiro	uma	Efetivo	II
			Assessor Juridico Legislativo	uma	Efetivo	II
			Assessor Tecnico de Gabinete	uma	Efetivo	I
			Assessor Tecnico Parlamentar	uma	Efetivo	I
			Asses. de Imprensa e Comunicacao	uma	Comissao	I
Assistentes Administrativo	III	III	Assistente Administrativo III	uma	Efetivo	III
			Assistente Tecnico Administrativo	uma	Efetivo	II
			Assistente Administrativo II	uma	Efetivo	II
			Assistente Administrativo I	uma	Comissao	I
Assistentes Operacionais	IV	IV	Assistente Tecnico Operacional	duas	Efetivo	V
			Assistente Operacional IV	duas	Efetivo	IV
			Assistente Operacional III	quatro	Efetivo	III
			Assistente Operacional II	tres	Efetivo	II
			Assistente Operacional I	seis	Efetivo	I
Assistentes Parlamentares	V	V	Assistentes Parlamentares	vinte e quatro	Comissao	I
Auxiliares de Gabinetes	VI	VI	Auxiliar de Gabinete II	cinco	Comissao	II
			Auxiliar de Gabinete I	vinte e um	Comissao	I



- talações do prédio; . . .
- U) Providencia crachás de identificação do pessoal;
  - V) Solicita portarias administrativas à Mesa Diretora;
  - X) Reporta à Mesa Diretora no desempenho de suas atribuições.

----- ( )  
Em Comissão

FORMA DE PROVIMENTO:-----

40 Horas Semanais

JORNADA DE TRABALHO:-----

3o. Grau completo

ESCOLARIDADE:-----

Noções de Gerência, adminis-

CONHECIMENTO ESPECIFICO:-----

tração Técnica e Relações Humanas.  
-----

( )  
OBS:







CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

F T F - FICHA TECNICA FUNCIONAL

No. 05

F A T O R E S  
 DENOMINACAO DO CARGO: Assessoria Técnica Financeira (3)  
 LOTACAO FUNCIONAL: Assessoria Administrativa  
 GRUPO HIERARQUICO: II NIVEL NA CLASSE: I

ATRIBUICOES

- A) Assessora a Mesa Diretora nas questões financeiras;  
 B) Assessora tecnicamente a Comissão Permanente de de Finanças, orçamento e tomada de contas, bem como a Comissão Permanente de Licitação da Câmara;  
 C) Faz demonstrativo anual dos rendimentos dos servidores e vereadores, para fins de imposto de renda; ( )  
 D) Elabora o orçamento anual da Câmara Municipal; (4)  
 E) Assina a responsabilidade técnica da contabilidade;  
 F) Presta contas e dá informações à Mesa Diretora, à Comissão específica e ao Tribunal de Contas; E  
 G) Coordena as despesas e autoriza compras de material de expediente, manutenção e consumo, mediante prévia solicitação de despesas; S  
 H) Publica o balancete financeiro mensal da Câmara; F  
 I) Promove o pagamento do pessoal e das contas autorizadas; O  
 J) Registra, confere, escritura e arquiva documentação contábil; F  
 K) Coordena o trabalho, estabelece rotinas e procedimentos dos auxiliares de serviço, no setor; S  
 L) Presta informações técnicas as demais assessorias. I  
 M) Faz avaliação patrimonial, anualmente; C  
 N) Faz análise das variações orçamentárias; O  
 O) Faz conciliação de contas;  
 P) Faz revisão do balanço orçamentário, financeiro e patrimonial; E  
 Q) Organiza o processo de prestação de contas do Legislativo. H  
 E  
 N  
 T  
 A  
 L

Efetivo

FORMA DE PROVIMENTO: ( )  
 40 Horas Semanais  
 JORNADA DE TRABALHO:  
 Curso Superior na Área  
 ESCOLARIDADE:  
 Contabilidade pública com  
 CONHECIMENTO ESPECIFICO: ( )  
 responsabilidade legal.

OBS:













CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

FTF - FICHA TECNICA FUNCIONAL

No. 12

F  
A  
T  
O  
R  
E  
S

Assistente Administrativo II  
 DENOMINACAO DO CARGO:-----  
 Assessoria de Imprensa e Comunicação  
 LOTACAO FUNCIONAL:-----  
 III II  
 GRUPO HIERARQUICO:-----NIVEL NA CLASSE:-----

(3)

E  
X  
P  
E  
R  
I  
E  
N  
C  
I  
A

E

ATRIBUICOES

A  
V  
A  
L  
I  
A  
C  
A  
O

- A) Datilografa, expede e arquiva a correspondência do setor;
- B) Providencia orçamentos junto aos prestadores de serviços publicitários, jornalísticos e de comunicação;
- C) Providencia orçamentos e assistência técnica do equipamento em uso na Assessoria de Imprensa;
- D) Distribui peças de divulgação no âmbito interno da Câmara e nos pontos estabelecidos;
- E) Organiza e movimenta o arquivo do setor;
- F) Transcreve gravações obtidas em fita K-7, referentes as atividades plenárias;
- G) Recolhe e destina jornais, revistas e impressos;
- H) Requisita e controla o material de expediente;
- I) Opera o sistema de som do plenário;
- J) Opera máquina de escrever, equipamentos de som, terminal de video e fax;
- K) Se reporta ao Assessor de Imprensa no desempenho de suas atribuições;

( )

(4)

E  
S  
F  
O  
R  
C  
O

(1)

I  
N  
S  
T  
R  
U  
C  
A  
O

F  
I  
S  
I  
C  
O

( )

(2)

C  
O  
M  
P  
L  
E

E  
M  
E  
N  
T  
A  
L

( )

Efetivo  
 FORMA DE PROVIMENTO:-----  
 40 Horas Semanais  
 JORNADA DE TRABALHO:-----  
 2o. Grau completo  
 ESCOLARIDADE:-----  
 Datilografia, Nocções de  
 CONHECIMENTO ESPECIFICO:-----  
 redação e arquivo.

OBS:









# CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

F T F - FICHA TECNICA FUNCIONAL

No. 17

F  
A  
T  
O  
R  
E  
S

Assist. Operacional III (telefonista)

DENOMINACAO DO CARGO:-----

Gerência Administrativa (PABX)

LOTACAO FUNCIONAL:-----

IV III

GRUPO HIERARQUICO:-----NIVEL NA CLASSE:-----

(3)  
E  
X  
P  
E  
R  
I  
E  
N  
C  
I  
A

D  
E

ATRIBUICOES

A  
V  
A  
L  
I  
A  
C  
A  
O

- A) Opera mesa telefônica e ramais;
- B) Atende e completa ligações locais e interurbanas;
- C) Presta informações e transfere ligações;
- D) Registra em formulário próprio ligações interurbanas;
- E) Controla as cotas de telefonemas por gabinetes ou setor;
- F) Informa a Gerência Administrativa sobre defeitos no sistema e solicita providências;
- G) Faz relatórios diários e mensais do número de chamadas totais;
- H) Executa tarefas correlatas;
- I) Se subordina às determinações e orientações da Gerência Administrativa.

(1)

( )  
(4)

I  
N  
S  
T  
R  
U  
C  
A  
O

( )

(2)

C  
O  
M  
P  
L  
E  
X  
I  
D  
A  
D  
E

Efetivo

FORMA DE PROVIMENTO:-----

40 Horas Semanais

JORNADA DE TRABALHO:-----

1o. Grau completo

ESCOLARIDADE:-----

Datilografia, treinamento

CONHECIMENTO ESPECIFICO:-----

especifico operacional, voz adequada.

( )

( )

F  
I  
S  
I  
C  
O  
E  
M  
E  
N  
T  
A  
L

OBS:







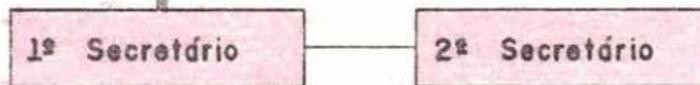
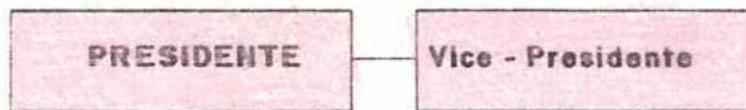




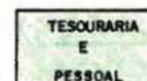
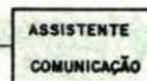
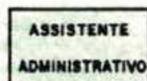
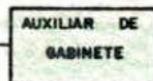
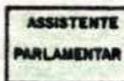
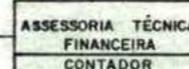
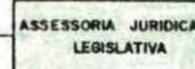
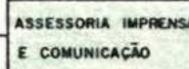
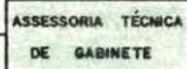
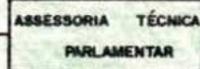
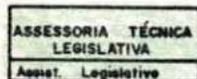
# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO

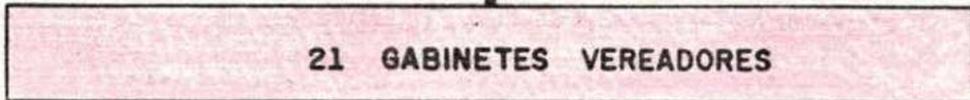
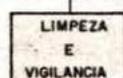
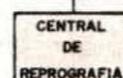
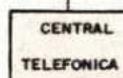
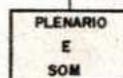
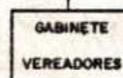
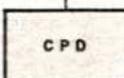
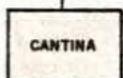
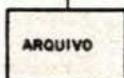
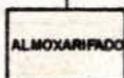
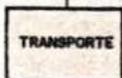
I - DIRETORIA ADMINISTRATIVA ORGANICA



II - ASSESSORIAS ADMINISTRATIVAS



III - UNIDADES DE SUPORTES OPERACIONAIS



LEGENDA:

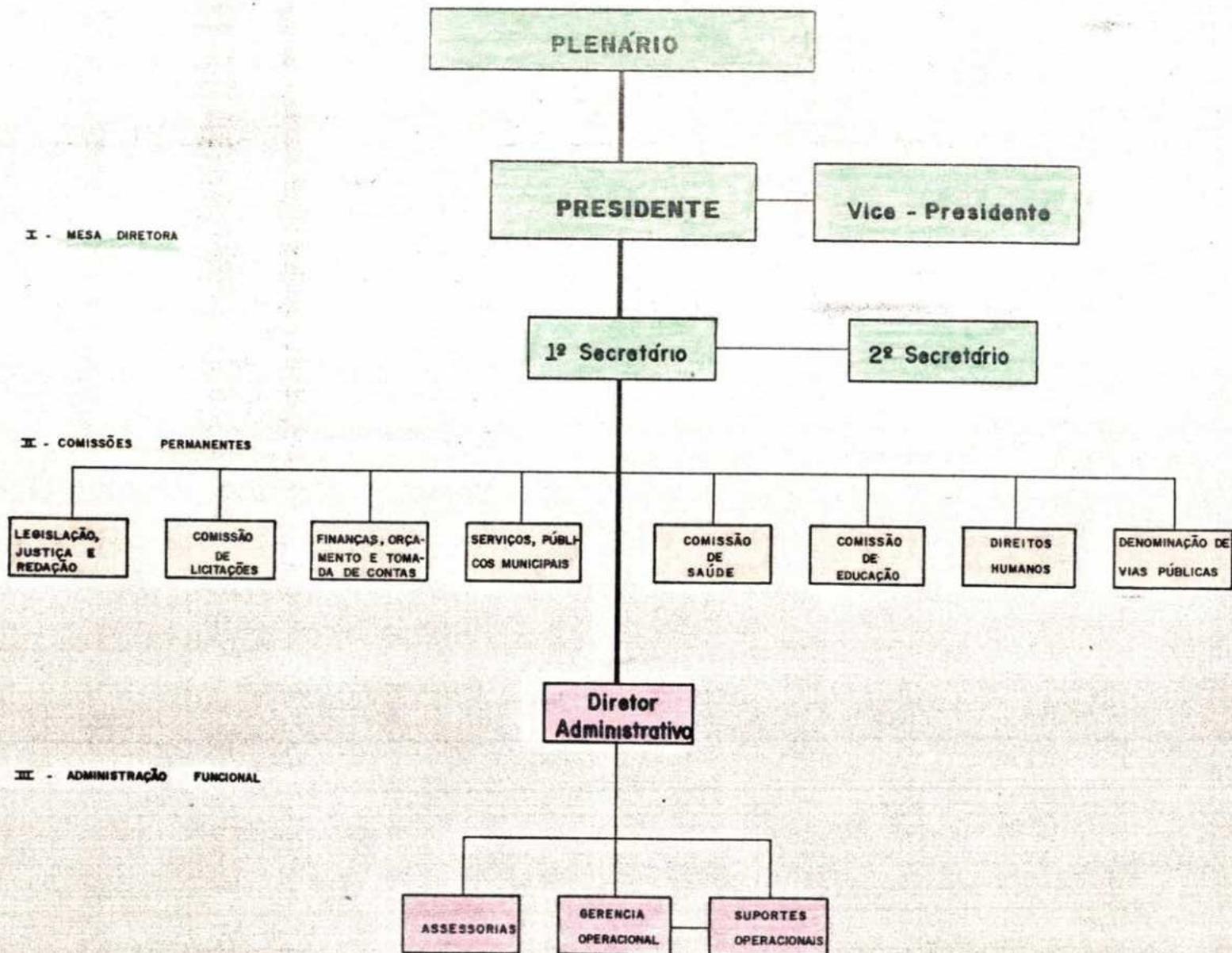
— LINHA AUTORIDADE LE

— NÍVEIS HIERÁRQUICOS

— AUTORIDADE DELEGADA

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

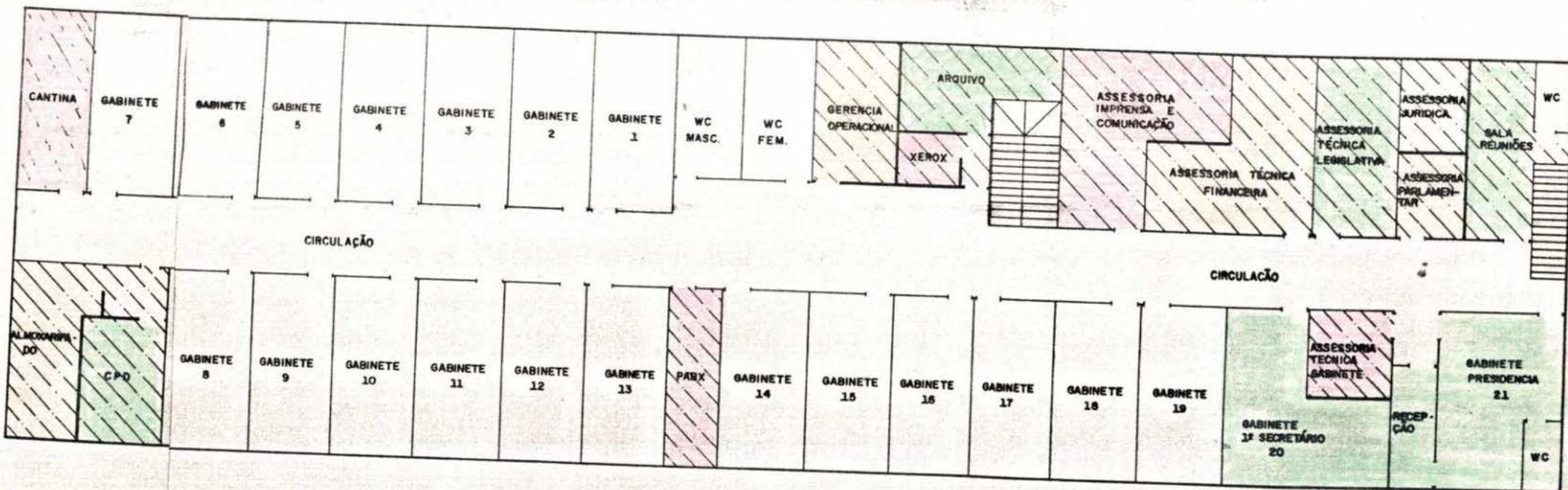
## ORGANIZAÇÃO ORGANICA



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

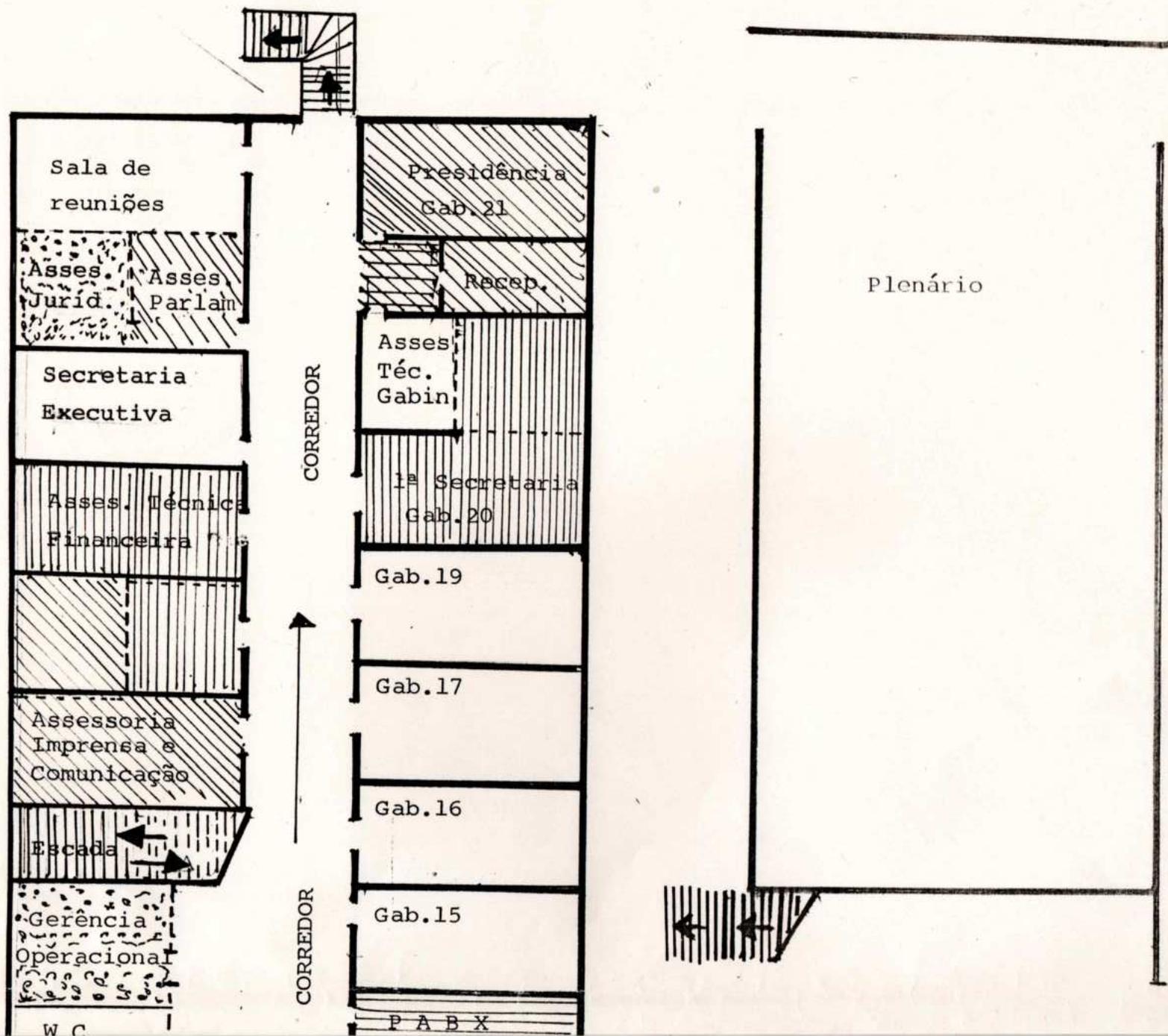
## LAY-OUT DE REINSTALAÇÃO

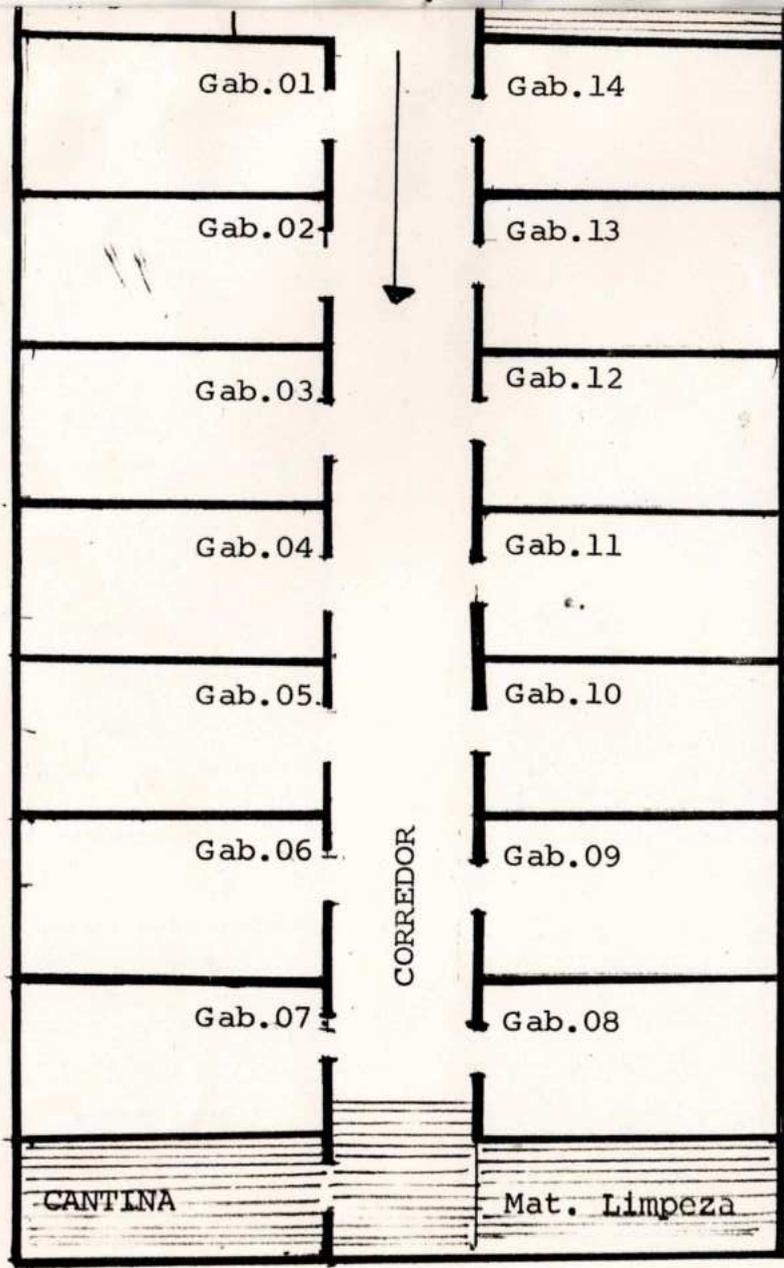
ESC. 1:100



- PAREDE EXTERNA
- - - PAREDE INTERNA
- == DIVISÓRIAS

LAY-OUT DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS





## MESA DIRETORA

PRESIDENTE : JOÃO HAMILTON SILVEIRA

VICE-PRESIDENTE : WILLASBAR CALDEIRA

1o. SECRETARIO : JOSE GERALDO OLIVEIRA

2o. SECRETARIO : ADEMAR BICALHO

## COMISSAO TECNICA DE ESTUDOS

ADALBERTO PATRICIO NETO	-	ADVOGADO
IVAN FONSECA DE OLIVEIRA	-	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
JOSE DIRCEU VELOSO NOGUEIRA (Coordenador)	-	ADM. DE EMPRESAS

Srs. Vereadores:

Ref.: Estudo prévio de organização administrativa e de cargos, níveis e provimento do servidor da Câmara Municipal de Montes Claros.

JUSTIFICATIVA:

A Mesa Diretora desta casa, encaminha a v. apreciação a presente minuta de Projeto de Resolução, com o objetivo de organizar a estrutura funcional da Câmara, tendo em vista que nos últimos anos, tanto o número de vereadores, como o de servidores e a procura pelos serviços desta casa por parte do público, aumentaram significativamente, exigindo uma estrutura funcional, mais ágil, mais técnica e mais eficiente, para fluir as decisões administrativas, legislativa, fiscalizadora e parlamentar.

As instalações físicas das unidades operacionais precisam serem readaptadas e adequadas ao funcionamento de cada setor como demonstramos no lay-out anexo a esta minuta.

A terceira parte, versa sobre a redistribuição das atribuições dos servidores em cada unidade funcional, propõe mudança de nomenclatura dos cargos, reclassifica os níveis de classe e grupo hierárquico, dá formas de provimento, visando corrigir distorções existentes no quadro atual, bem como possibilitar o progresso profissional dos servidores, tanto em linha vertical como horizontal, levando-se em conta o concurso realizado no ano passado.

Agradeceríamos suas sugestões a esta minuta antes de fazê-la Projeto de Resolução.

Cordialmente;

  
João Hamilton Silveira - Presidente

José Geraldo Oliveira - 1o. Secretário

**MESA DIRETORA**

PRESIDENTE : JOÃO HAMILTON SILVEIRA

VICE-PRESIDENTE : WILLASBAR CALDEIRA

1o. SECRETÁRIO : JOSÉ GERALDO OLIVEIRA

2o. SECRETÁRIO : ADEMAR BICALHO

*Assinatura  
de [illegible]*

PROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E DE CARGOS, PROVIMENTO E  
REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR DA CÂMARA MUNI-  
CIPAL DE MONTES CLAROS(MG).

SUMÁRIO  
-----

CAPÍTULO I

Do Organograma Administrativo e Hierarquia.

CAPÍTULO II

Do Provimento de Cargos e Movimentação do Pessoal.

CAPÍTULO III

Dos Cargos, Atribuições e Requisitos.

CAPÍTULO IV

Da Remuneração e Progressões Funcionais.

ANEXOS  
-----

- 1 - Quadro de Correlação de Cargos;
- 2 - Quadro Demonstrativo de Cargos, Classes, Níveis e Provimento do Pessoal;
- 3 - Vinte e Quatro Fichas Técnicas Funcionais;
- 4 - Lay-Out do Organograma Administrativo;
- 5 - Lay-Out da Organização da Câmara;
- 6 - Lay-Out das Instalações Físicas das Dependências.

Março de 1994.

*f*

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE RESOLUÇÃO No.-----

" Dispõe sobre a organização administrativa e estabelece normas de provimento dos cargos, movimentação e remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros."

## CAPÍTULO I

### DO ORGANOGRAHA ADMINISTRATIVO E HIERARQUIA

Art. 1o. - A Câmara Municipal de Montes Claros é administrada pela sua Mesa Diretora, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente, 1o. Secretário e 2o. Secretário, eleitos pelo plenário, na forma estabelecida pelo seu Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 2o. - A estrutura funcional é composta de Direção Administrativa, Coordenadorias, Assessorias, Consultorias e Auxiliares Técnicos e Operacionais, organizadas em unidades.

## SEÇÃO I

### DAS COORDENADORIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 3o. - As Coordenadorias Administrativas estão posicionadas na linha de hierarquia funcional do organograma administrativo da Câmara, em situação intermediária às unidades de assessoramento e operacionais.

Art. 4o. - São cargos de Coordenadoria Administrativa:

I - Diretor Administrativo, cargo de confiança de recrutamento limitado, com a função de coordenar a ação funcional das assessorias e implementar as decisões da Mesa Diretora.

II - Gerente Operacional, cargo de confiança de recrutamento limitado, com a atribuição de coordenar os serviços e pessoal nas unidades de suporte operacional.

III - Coordenador de Setor Operacional, com função gratificada, com atribuição de ordenar, supervisionar e controlar os serviços nas unidades operacionais, por designação do Presidente da Câmara.

## SEÇÃO II

-----

### DAS ASSESSORIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 5o. - As Assessorias são suportes técnicos às ações administrativas da Mesa Diretora, no desempenho de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 6o. - São as seguintes Assessorias Técnico-Administrativas:

- I - Assessoria Técnica Legislativa;
- II - Assessoria Técnica Financeira;
- III - Assessoria Jurídica Legislativa;
- VI - Assessoria Técnica Parlamentar;
- V - Assessoria Técnica de Gabinete;
- VI - Assessoria de Imprensa e Comunicação.

## SEÇÃO III

-----

### DOS SERVIÇOS E UNIDADES OPERACIONAIS

Art. 7o. - São suportes operacionais à administração e à gerência operacional das atividades da Câmara, as seguintes unidades e serviços:

- a) - Recepção;
- b) - Gabinetes de Vereadores;
- c) - Plenário;
- d) - Central de Telefonia;
- e) - Centro de Processamento de Dados;
- f) - Central de Reprografia (xerox);
- g) - Transportes;
- h) - Almoxarifado;
- i) - Arquivo Geral;
- j) - Relógio de Ponto;
- k) - Cantina;
- l) - Vigilância;
- m) - Som Ambiente;
- n) - Limpeza Geral.

Art. 8o. - O organograma administrativo é estruturado em grupos hierárquicos, na ordem decrescente, iniciando-se com a administração, coordenadorias, assessorias e unidades operacionais.

## CAPÍTULO II

-----

### DO PROVIMENTO DOS CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL

#### SEÇÃO I

-----

#### DO PROVIMENTO

Art. 9o. - O provimento do cargo pode ser em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 10o. - A investidura em cargo efetivo da Câmara Municipal é acessível aos brasileiros que preencham os requisitos desta Lei, vedada qualquer discriminação. Depende da aprovação prévia em concurso público de provas, ou provas de títulos, será precedida de exame médico e o ingresso dar-se-á no vencimento base do nível inicial.

Art. 11o. - O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, através de Decreto-Administrativo do Presidente da Câmara.

Art. 12o. - Durante o período de validade do concurso, os aprovados serão convocados observada rigorosamente a ordem de classificação, para o preenchimento das vagas existentes.

Art. 13o. - Compete à Câmara, através de Projeto-de-Resolução, regulamentar o concurso público, que será realizado por comissão designada pela Mesa Diretora, podendo ainda ser promovido por instituição especializada, mediante contrato ou convênio.

Art. 14o. - O provimento de cargo em comissão ou de confiança é de livre nomeação e exoneração, através de recrutamento amplo ou limitado, conforme se acha previsto em Lei.

§ 1o. - O provimento de cargo de recrutamento amplo proceder-se-á mediante livre escolha do Presidente da Câmara.

§ 2o. - O provimento de cargo de recrutamento limitado far-se-á mediante o aproveitamento de servidores titulares de cargos efetivos da Câmara, por Portaria do Presidente.

Art. 15o. - A abertura de vagas e/ou a criação de cargos no quadro de provimento efetivo ou em comissão, dar-se-á por Projeto de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora.

Art. 16o. - Os cargos são providos, observadas a legislação própria, por:

- I - Nomeação;
- II - Promoção;
- III - Acesso;
- IV - Substituição;
- V - Remoção;
- VI - Reintegração;
- VII - Reversão;
- VIII - Recondução;
- IX - Aproveitamento.

## SEÇÃO II

---

### DA NOMEAÇÃO

Art. 17o. - Nomeação é o ato inicial do procedimento de investidura do servidor no cargo.

Art. 18o. - Somente poderá ser admitido para ocupar cargo quem satisfizer os seguintes requisitos:

- I - ter sido aprovado em concurso público;
- II - ter completado dezoito anos de idade;
- III - comprovar quitação com as obrigações decorrentes da legislação eleitoral e militar;
- IV - gozar de boa saúde física e mental, comprovada por laudo expedido pelo órgão competente.

§ Único - Não se aplica aos cargos comissionados o disposto no inciso I e II deste artigo.

## SEÇÃO III

---

### DA PROMOÇÃO

Art. 19o. - Promoção é a passagem do servidor para cargo vago de classe imediatamente superior.

Art. 20o. - Para concorrer a promoção, o servidor deverá satisfazer, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - encontrar-se no exercício de cargo de classe imediatamente inferior;

II - contar, no mínimo, com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício na classe;

III - não ter sofrido punição nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a promoção.

Art. 21o. - A promoção será concedida por mérito e qualificação profissional, apurados pelo método de análise de fatores, previsto nesta Resolução.

## SEÇÃO IV

---

### DO ACESSO

Art. 22o. - Acesso é a passagem do servidor público ocupante de cargo efetivo, para cargo de outra classe.

§ 1o. - O acesso dependerá de existência de vaga e habilitação em concurso de provas escritas.

§ 2o. - Ao servidor beneficiado pelo acesso será atribuído vencimento correspondente ao nível inicial da nova classe ou nível mais próximo, se já tiver obtido nível de remuneração superior ao inicial da nova classe.

## SEÇÃO V

---

### DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 23o. - Substituição é o provimento e exercício eventual do cargo do qual o titular esteja afastado temporariamente.

§ Único - Ao servidor titular do cargo efetivo, designado para o exercício de cargo de provimento em comissão, fica assegurado o retorno ao seu cargo de origem.

## SEÇÃO VI

---

### DAS OUTRAS FORMAS DE PROVIMENTO

Art. 24o. - Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito das unidades administrativa e operacional da Câmara Municipal.

Art. 25o. - Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo ou função anteriormente ocupado, por força de decisão judicial, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

§ 1o. - Na hipótese do cargo anterior ter sido extinto, a reintegração dar-se-á em cargo de igual nível de responsabilidade.

§ 2o. - Não havendo cargo vago a ser provido pelo reintegrado, a Câmara promoverá a respectiva criação, através de Resolução.

Art. 26o. - Reversão é o reingresso do aposentado por invalidez, após verificado, por inspeção médica, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ ÚNICO - Não poderá reverter o servidor que tenha completado 70 (setenta) anos de idade.

Art. 27o. - Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo ou função que ocupava anteriormente ou correlato ao transformado, decorrente de inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo.

Art. 28o. - O aproveitamento em outro cargo é o retorno do servidor em disponibilidade remunerada.

### CAPÍTULO III

---

#### DOS CARGOS, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Art. 29o. - Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Cargo - o conjunto de deveres, responsabilidades, tarefas, autoridade que se comete ao ocupante.

II - Atribuições - tarefas funcionais do cargo, segundo os equipamentos, instalações, instrumentos, habilidades e complexidade das atividades.

III - Requisitos - conjunto de características necessário ao bom desempenho do cargo, avaliado por método próprio adotado pela Câmara Municipal;

IV - Função Pública - o conjunto de atividades administrativas, técnicas e operacionais, que se comete ao servidor;

V - Servidor - a pessoa legalmente investida no cargo ou função pública;

VI - Quadro de Pessoal - o conjunto de classes de cargos de natureza efetiva e de confiança da estrutura funcional;

VII - Classe - o conjunto de cargos com atribuições da mesma natureza, com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade;

VIII - Grupo Hierárquico - a graduação numérica dos cargos ou classes, por nível de hierarquia e autoridade definida no organograma administrativo;

IX - Ficha Técnica Funcional - é a identificação dos elementos característicos do cargo ou função e dos requisitos exigidos, para exercê-lo;

X - Lotação - é a indicação da unidade administrativa ou operacional em que o servidor deva ter exercício funcional, a ser definida por Resolução ou por portaria baixada pelo Presidente da Câmara.

XI - A correlação de cargos, vagas, níveis e provimentos estão demonstrados nos Anexos I e II.

## CAPÍTULO IV

---

### DA REMUNERAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

Art. 30o. - Remuneração é a retribuição pecuniária correspondente a soma do vencimento com os adicionais e demais vantagens a que o servidor tem direito.

§ ÚNICO - A remuneração do aposentado denomina-se provento.

Art. 31o. - Vencimento é o valor mensal devido ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível da faixa da respectiva classe, cujo valor é fixado por Resolução.

Art. 32o. - As classes são desdobradas em níveis correspondentes aos vencimentos, escalonados em ordem crescente.

Art. 33o. - O valor atribuído ao nível de vencimento será devido a jornada de trabalho ou por acordo coletivo de trabalho, prevista para a classe a que pertence o servidor.

§ ÚNICO - A jornada de trabalho é indicada na ficha técnica funcional de cada cargo ou função, necessária ao desempenho das atribuições, de acordo com a legislação própria e o horário de funcionamento da Câmara Municipal.

Art. 34o. - A remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros é, no que couber, isonômica à dos servidores da Prefeitura Municipal.

## SEÇÃO I

---

### DA SUBSTITUIÇÃO E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 35o. - Ao servidor efetivo, designado eventualmente para exercer cargo de provimento em comissão, será paga uma gratificação de 30 (trinta) por cento do vencimento base do seu cargo efetivo, nos casos em que a designação for por um período inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 36o. - Ao servidor em adjunção na Câmara Municipal poderá ser concedida gratificação de até 30 (trinta) por cento do vencimento base do seu cargo de origem.

Art. 37o. - Ao servidor em substituição por período superior a 30 (trinta) dias será paga uma gratificação equivalente à diferença verificada entre seu vencimento base e o vencimento base do cargo do substituído, nos casos em que este for superior àquele.

Art. 38o. - O Presidente da Câmara poderá conceder abono provisório aos servidores do quadro efetivo e em comissão cujo abono será incorporado ao vencimento no mês em que houver compensação de perdas salariais do servidor.

Art. 39o. - O servidor poderá receber, além do vencimento, as seguintes vantagens pecuniárias:

I - Diárias para viagens, mediante autorização prévia de solicitação de despesas;

II - Vale-Transporte;

III - Hora-extra, mediante autorização prévia;

IV - Outras vantagens pecuniárias, conforme dispuser o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

## SEÇÃO II

---

### DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Art. 40o. - Para atender a necessidade de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal, por tempo determinado, limitado às seguintes situações:

I - Atender situações de calamidade pública;

II - Prejuízo ou perturbações da prestação de serviços essenciais da Câmara Municipal;

III - Em decorrência de demissão ou exoneração, falecimento, aposentadoria do servidor das unidades administrativas e operacionais;

IV - Executar serviços técnicos profissionais de notória especialização.

§ 1o. - As contratações serão feitas por um período máximo de 06 (seis) meses.

§ 2o. - O contrato é de natureza de direito administrativo e o contratado não é considerado servidor público.

## SEÇÃO III

---

### DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 41o. - A progressão horizontal é o acesso do servidor ao nível de vencimento imediatamente superior ao que se acha posicionado na tabela de progressão da respectiva classe, mediante prévia avaliação de desempenho e observado o interstício de dois anos de efetivo exercício.

§ ÚNICO - A tabela de que trata este artigo é constituída por 18 (dezoito) níveis de vencimento, colocados em ordem crescente, com variação percentual de 3% (tres por cento), progressivamente, entre os níveis.

Art. 42o. - A progressão vertical é a superposição de níveis de vencimentos base entre as classes, representada por variação percentual progressiva entre os cargos, que possibilita a carreira do servidor, mediante promoção ou acesso.

Art. 43o. - O quadro de progressões horizontal e vertical, constando os níveis de vencimentos e respectivos valores, será estabelecido através de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora.

#### SEÇÃO IV

-----

#### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 44o. - A avaliação deve aferir o desempenho do servidor no cumprimento das atribuições de seu cargo, permitindo o seu desenvolvimento profissional de carreira e remuneração.

Art. 45o. - Na avaliação de desempenho serão considerados os seguintes fatores:

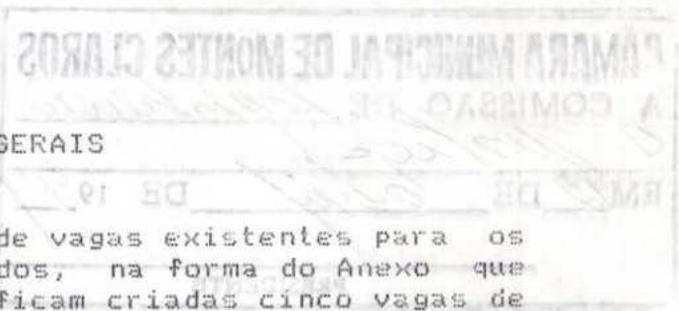
- a) - assiduidade;
- b) - pontualidade;
- c) - disciplina;
- d) - confiabilidade;
- e) - dedicação;
- f) - iniciativa.

§ ÚNICO - Além dos fatores a que se refere este artigo, serão levados ainda em consideração a complexidade das atribuições do cargo, bem como o esforço físico e mental que se exigir do servidor para exercê-las.

Art. 46o. - A Direção Administrativa da Câmara Municipal compete promover a avaliação do servidor, a cada dois anos de efetivo exercício, para efeito de progressão horizontal.

Art. 47o. - A jornada semanal de trabalho é de 40 (quarenta) horas, estando todavia, sendo adotado o sistema horário corrido em dois turnos de 06 (seis) horas, caso em que a jornada de trabalho semanal é de 30 (trinta) horas.

Art. 48o. - O servidor poderá ser colocado em adjunção para exercer atribuições funcionais em outro órgão ou entidade, por tempo determinado, havendo interesse da Câmara Municipal, mediante contrato ou convênio.



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49o. - Além do número de vagas existentes para os cargos que ora estão sendo transformados, na forma do Anexo que faz parte integrante desta Resolução, ficam criadas cinco vagas de Auxiliar de Gabinete II, uma vaga de Assistente Operacional I, uma vaga de Assessor Técnico Parlamentar, uma vaga de Assessor Técnico Administrativo e uma vaga de Assistente Administrativo I, que serão nomeados, pelo Presidente.

Art. 50o. - No ato do seu enquadramento dentro da nova estrutura administrativa criada por esta Resolução, o servidor que se sentir prejudicado em seus direitos, poderá recorrer a Mesa Diretora, através de requerimento fundamentado.

Art. 51o. - O Presidente da Câmara, através de portaria promoverá a lotação dos servidores nos diversos setores administrativos e/ou operacionais, segundo os seus respectivos cargos e atribuições.

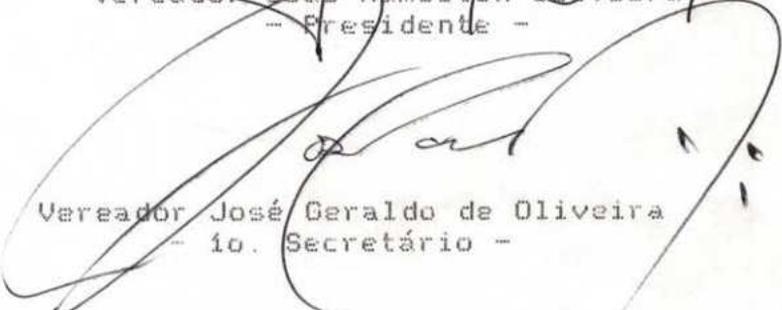
Art. 52o. - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 53o. - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de Montes Claros, 17 de março de 1994.

  
Vereador João Hamilton Silveira  
- Presidente -

  
Vereador José Geraldo de Oliveira  
- 1o. Secretário -

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**A COMISSÃO DE** *Legislação*  
*de Justiça*  
**EM 2 DE** *abril* **DE 1994**  
**PRESIDENTE**

*[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]*

*[Handwritten signature or scribble]*

# Cresce a movimentação no Intercolegial Hom

O Montes Claros Tênis Clube (MCTC) voltou a sediar mais uma rodada de muita movimentação, anteontem, à noite, pelo I Campeonato Intercolegial/Schincariol, promoção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com o apoio da 12ª Delegacia Regional de Ensino (DRE) e Diretório dos Estudantes de Montes Claros (Demc). Mais uma vez o público marcou presença e vibrou com os



11 jogos da última terça-feira. No Ginásio Darcy Ribeiro, no vôlei feminino, o Helena Prates fez 2 a 0 no Promove, sendo que no masculino, a vitória foi do São Norberto sobre o Dom Aristides Porto, por 2 a 0.

No basquete, dois jogos foram disputados, sendo que no feminino, o Tiradentes manteve a tradição e fez 22 a 17 no Padrão, com os garotos do São José vencendo o Integral, por 47 a 16. Os demais resultados foram: peteca feminina - Tiradentes 2 x 0 Armênio Veloso, peteca masculina -

Tiradentes 2 x 0 Colégio Agrícola e Integral 2 x 0 Indyu, futebol de salão - Polivalente 9 x 2 São Norberto, handebol feminino - Tiradentes 27 x 7 Felício Pereira e Dulce Sarmento 15 x 6 Indyu e handebol masculino - Montes Claros 25 x 24 Biotécnico.

A competição terá mais uma rodada na noite de hoje, com a realização dos seguintes jogos: Montes Claros x Tiradentes, no vôlei feminino; Padrão x Promove, no basquete feminino; Plínio Ribeiro x Promove, no basquete masculino, jogos marcados para o Ginásio Darcy Ribeiro; e ainda São Norberto x Polivalente, no handebol masculino; Helena Prates x Biotécnico e Promove x Felício Pereira, no futebol de salão.

*O piloto brasileiro morto domingo. Prêmio de São também foi honras Claros, a e. reu em todo o piloto foi aplaudido pelo grande coro pelo grande pareceu ao grande prestígio a a. Minas Peças/ na última seg. Houve inclusão muita emoção minuto de silêncio fim trágico que de Ímola, na It. A coordenação cou a importã presta a Ayrt do um exempl ro e o melhor p forma que enc nagear o piloto sos sentiment gico falecimer mingo", dis Hermenegildo*

**ÓTICA OUVIDOR**  
Garantia para seus olhos...  
Fone: 221-1900

**CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**RESOLUÇÃO Nº 79**

"Dispõe sobre a organização administrativa e estabelece normas de provimento dos cargos, movimentação e remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros."

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprovou e promulga a seguinte Resolução:

**CAPÍTULO I**

**DO ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO E HIERARQUIA**

Art. 1º - A Câmara Municipal de Montes Claros é administrada pela sua Mesa Diretora, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, eleitos pelo plenário, na forma estabelecida pelo seu Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - A estrutura funcional é composta de Direção Administrativa, Coordenadorias, assessorias, Consultorias e Auxiliares Técnicos e Operacionais, organizadas em unidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cargos com seus respectivos números de vagas estão contidos no anexo II, que faz parte integrante desta resolução.

**SEÇÃO I**

**DAS COORDENADORIAS ADMINISTRATIVAS**

Art. 3º - As Coordenadorias Administrativas estão posicionadas na linha de hierarquia funcional do organograma administrativo da Câmara, em situação intermediária às unidades de assessoramento e operacionais.

Art. 4º - São cargos de Coordenadoria

Art. 10º - A investidura em cargo efetivo da Câmara Municipal é acessível aos brasileiros que preencham os requisitos desta Lei, vedada qualquer discriminação. Depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, será precedida de exame médico e o ingresso dar-se-á no vencimento base do nível inicial.

Art. 11º - O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, através de Decreto-Administrativo do Presidente da Câmara.

Art. 12º - Durante o período de validade do concurso, os aprovados serão convocados observada rigorosamente a ordem de classificação, para o preenchimento das vagas existentes.

Art. 13º - Compete à Câmara, através de Projeto-de-Resolução, regulamentar o concurso público, que será realizado por comissão designada pela Mesa Diretora, podendo ainda ser promovido por instituição especializada, mediante contrato ou convênio.

Art. 14º - O provimento de cargo em comissão ou de confiança é de livre nomeação e exoneração, através de recrutamento amplo ou limitado, conforme se acha previsto em Lei.

Parágrafo 1º - O provimento de cargo de recrutamento amplo proceder-se-á mediante livre escolha do Presidente da Câmara.

Parágrafo 2º - O provimento de cargo de recrutamento limitado far-se-á mediante o aproveitamento de servidores titulares de cargos efetivos da Câmara, por Portaria do Presidente.

Art. 15º - A abertura de vagas e/ou a criação de cargos no quadro de provimento efetivo ou em comissão, dar-se-á por Projeto de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora.

**SEÇÃO V**

**DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 23º - Substituição é o provimento e exercício eventual do cargo do qual o titular estela afastado temporariamente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao servidor titular de cargo efetivo, designado para o exercício de cargo de provimento em comissão, fica assegurado o retorno ao seu cargo de origem.

**SEÇÃO VI**

**DAS OUTRAS FORMAS DE PROVIMENTO**

Art. 24º - Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito das unidades administrativa e operacional da Câmara Municipal.

Art. 25º - Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo ou função anteriormente ocupado, por força de decisão judicial, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

Parágrafo 1º - Na hipótese do cargo anterior ter sido extinto, a reintegração dar-se-á em cargo de igual nível de responsabilidade.

Parágrafo 2º - Não havendo cargo vago a ser provido pelo reintegrado, a Câmara promoverá a respectiva criação, através de Resolução.

Art. 26º - Reversão é o reingresso do aposentado por invalidez, após verificado, por inspeção médica, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não poderá reverter o servidor que tenha completado 70 (setenta) anos de idade.

Art. 27º - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo ou função que ocupava anteriormente ou correlato ao

servidor.

PARÁGRAFO ÚNICO - O trabalho é indicativo de cada cargo e do desempenho do com a legislação de funcionamento d

Art. 34º - A remuneração da Câmara Municipal no que couber, isentas da Prefeitura

**SEÇÃO I**

**DA SUBSTITUIÇÃO GENS PECUNIA**

Art. 35º - Ao servidor eventualmente promovido em comissão, o vencimento base nos casos em que um período infer

Art. 36º - Ao servidor Câmara Municipal gratificação de base e o vencimento base

Art. 37º - Ao servidor período superior paga uma gratificação verificada base e o vencimento substituído, nos superior àquele.

Art. 38º - O Presidente conceder abono do quadro efetivo abono será incorpóreo em que há perdas salariais.

Art. 39º - O servidor do vencimento pecuniárias:

Diárias para

## DAS COORDENADORIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 3º - As Coordenadorias Administrativas estão posicionadas na linha de hierarquia funcional do organograma administrativo da Câmara, em situação intermediária às unidades de assessoramento e operacionais.

Art. 4º - São cargos de Coordenadoria Administrativa:

I - Gerente Administrativo, cargo de confiança de recrutamento amplo, com a função de coordenar a ação funcional das assessorias, implementar as decisões da Mesa Diretora e Coordenar os serviços e pessoal nas unidades de suporte operacional.

II - Coordenador de Setor Operacional, como função gratificada, com atribuição de ordenar, supervisionar e controlar os serviços nas unidades operacionais, por designação do Presidente da Câmara.

### SEÇÃO II

#### DAS ACESSÓRIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 5º - As assessorias são suportes técnicos às ações administrativas da Mesa Diretora, no desempenho de suas atribuições previstas no regimento Interno da Câmara e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º - São as seguintes Assessorias Técnico-Administrativas:

- I - Assessoria Técnica Legislativa;
- II - Assessoria Técnica Financeira;
- III - Assessoria Jurídica Legislativa;
- IV - Assessoria Técnica Parlamentar;
- V - Assessoria Técnica de Gabinete;
- VI - Assessoria de Imprensa e Comunicação.

### SEÇÃO III

#### DOS SERVIÇOS E UNIDADES OPERACIONAIS

Art. 7º - São suportes operacionais à administração, as seguintes unidades e serviços:

- a) - Recepção;
- b) - Gabinetes de Vereadores
- c) - Plenário;
- d) - Central de telefonia;
- e) - Centro de Processamento de Dados;
- f) - Central de Reprografia (xerox);
- g) - Transportes;
- h) - Almoxarifado;
- i) - Arquivo Geral;
- j) - relógio de Ponto;
- k) - Cantina;
- l) - Vigilância;
- m) - Som Ambiente;
- n) - Limpeza Geral.

Art. 8º - O organograma administrativo é estruturado em grupos hierárquicos, na ordem decrescente, iniciando-se com a administração, coordenadorias, assessorias e unidades operacionais.

### CAPÍTULO II

#### DO PROVIMENTO DOS CARGOS E MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL

##### SEÇÃO I

##### DO PROVIMENTO

Art. 9º - O provimento de cargo pode ser em caráter efetivo ou em comissão

recrutamento limitado far-se-a mediante o aproveitamento de servidores titulares de cargos efetivos da Câmara, por Portaria do Presidente

Art. 15º - A abertura de vagas e/ou a criação de cargos no quadro de provimento efetivo ou em comissão, dar-se-á por Projeto de Resolução de iniciativa da mesa Diretora.

Art. 16º - Os cargos são providos, observando a legislação própria, por:

- I - Nomeação;
- II - promoção;
- III - Acesso;
- IV - Substituição;
- V - Remoção;
- VI - Reintegração;
- VII - Reversão;
- VIII - Recondução;
- IX - Aproveitamento.

##### SEÇÃO II

##### DA NOMEAÇÃO

Art. 17º - Nomeação é o ato inicial do procedimento de investidura do servidor no cargo.

Art. 18º - Somente poderá ser admitido para ocupar cargo quem satisfizer os seguintes requisitos:

- I - ter sido aprovado em concurso público;
- II - ter completado dezoito anos de idade;
- III - comprovar quitação com as obrigações decorrentes da legislação eleitoral e militar;
- IV - gozar de boa saúde física e mental, comprovada por laudo expedido pelo órgão competente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não se aplica aos cargos comissionados o disposto no inciso I deste artigo.

##### SEÇÃO III

##### DA PROMOÇÃO

Art. 19º - Promoção é a passagem do servidor para cargo vago de classe imediatamente superior.

Art. 20º - Para concorrer a promoção, o servidor deverá satisfazer, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - encontrar-se no exercício de cargo de classe imediatamente inferior;
- II - contar, no mínimo, com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício na classe;
- III - não ter sofrido punição nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a promoção.

Art. 21º - A promoção será concedida por mérito e qualificação profissional, apurada pelo método de análise de fatores, previsto nesta Resolução.

##### SEÇÃO IV

##### DO ACESSO

Art. 22º - Acesso é a passagem do servidor público ocupante de cargo efetivo, para cargo de outra classe.

Parágrafo 1º - O acesso dependerá de existência de vaga e habilitação em curso de provas escritas.

Parágrafo 2º - Ao servidor beneficiado pelo acesso será atribuído vencimento correspondente ao nível inicial da nova classe ou nível mais próximo, se já tiver obtido nível de remuneração superior ao inicial da nova classe.

por inspeção médica, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não poderá reverter o servidor que tenha completado 70 (setenta) anos de idade.

Art. 27º - Recondução é o retorno do servidor estével ao cargo ou função que ocupava anteriormente ou correlato ao transformado, decorrente de inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo.

Art. 28º - O aproveitamento em outro cargo é o retorno do servidor em disponibilidade remunerada.

### CAPÍTULO III

#### DOS CARGOS, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Art. 29º - Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Cargo - o conjunto de deveres, responsabilidades, tarefas, autoridades que se comete ao ocupante.

II - Atribuições - tarefas funcionais do cargo, segundo os equipamentos, instalações, instrumentos, habilidades e complexidade das atividades.

III - Requisitos - conjunto de características necessário ao bom desempenho do cargo, avaliado por método próprio adotado pela Câmara Municipal.

IV - Função Pública - o conjunto de atividades administrativas, técnicas e operacionais, que se comete ao servidor.

V - Servidor - a pessoa legalmente investida no cargo ou função pública;

VI - Quadro de Pessoal - o conjunto de classes de cargos de natureza efetiva e de confiança da estrutura funcional;

VII - Classe - o conjunto de cargos com atribuições da mesma natureza, com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade;

VIII - Grupo Hierárquico - a graduação numérica dos cargos ou classes, por nível de hierarquia e autoridade definida no organograma administrativo;

IX - Ficha Técnica Funcional - é a identificação dos elementos característicos do cargo ou função e dos requisitos exigidos, para exercê-lo;

X - Lotação - é a indicação da unidade administrativa ou operacional em que o servidor deva ter exercício funcional, a ser definida por Resolução ou por portaria baixada pelo Presidente da Câmara.

XI - A correlação de cargos, e suas respectivas classes e moneclaturas estão contidas no anexo I integrante desta resolução.

### CAPÍTULO IV

#### DA REMUNERAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

Art. 30º - Remuneração é a retribuição pecuniária correspondente à soma do vencimento com os adicionais e demais vantagens a que o servidor tem direito.

PARÁGRAFO ÚNICO - A remuneração do aposentado denomina-se provento.

Art. 31º - Vencimento é o valor mensal devido ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível da respectiva classe, cujo valor é fixado por Resolução.

Art. 32º - As classes são desdobradas em níveis correspondentes aos vencimentos, escalonados em ordem crescente.

Art. 33º - O valor atribuído ao nível de vencimento será devido à jornada de trabalho ou por acordo coletivo de trabalho prevista para a classe a que pertence o

conceder abono provi do quadro efetivo e abono será incorporado em que houve perdas salariais do se

Art. 39º - O servidor p do vencimento, as se pecuniárias:

I - Diárias para viagem e rização prévia de so sas;

II - Vale-Transporte;

III - Hora-extra, mediada via;

IV - Outras vantagens forme dispuser o Esta Públicos Municipais.

### SEÇÃO II

#### DA CONTRATAÇÃO

Art. 40º - Para atende excepcional interesse ser efetuadas contrat por tempo determinac guintes situações:

I - Atender situaçã pública;

II - Prejuízo ou perturba de serviços essenciais cipal;

III - Em decorrência de neração, falecimento, servidor das unidades operacionais;

IV - Executar serviços nais de notória especi

Parágrafo 1º - As c feitas por, período má meses.

Parágrafo 2º - O contra de direito administrativo é considerado servido

### SEÇÃO III

#### DA PROGRESSÃO F

Art. 41º - A progress acesso do servidor ao r imediatamente superior posicionado na tabela respectiva classe, med ção de desempenho intertício de dois anos d

PARÁGRAFO ÚNICO trata este artigo é con zoit) níveis de venci em ordem crescente percentual de 3% (tre gressivamente, entre c

Art. 42º - A progres superposição de nível base entre as classes, variação percentual pr cargos, que possibilita dor, mediante promoçã

Art. 43º - O quadro de zortal e vertical, const vencimentos e respect estabelecido através i iniciativa da Mesa Dire

### SEÇÃO IV

#### DA AVALIAÇÃO DE I

Art. 44º - A avaliação de penho do servidor no atribuições de seu cargo desenvolvimento profis

# Intercolegial Homenagem a Senna na IX Copa de Vôlei

adentes 2 x 0 Colégio Agrí-  
a e Integral 2 x 0 Indyu, fute-  
de salão - Polivalente 9 x 2  
Norberto, handebol femi-  
o - Tiradentes 27 x 7 Felício  
eira e Dulce Sarmento 15 x  
dyu e handebol masculino -  
ntes Claros 25 x 24  
técnico.

A competição terá mais uma  
ada na noite de hoje, com a  
ização dos seguintes jogos:  
ntes Claros x Tiradentes, no  
feminino; Padrão x Pro-  
e, no basquete feminino;  
io Ribeiro x Promove, no  
quete masculino, jogos mar-  
s para o Ginásio Darcy Ri-  
; e ainda São Norberto x  
valente, no handebol mas-  
no; Helena Prates x  
écnico e Promove x Felício  
ira, no futebol de salão.

*O piloto brasileiro Ayrton Senna, morto domingo, durante o Grande Prêmio de San Marino, em Ímola, também foi homenageado em Montes Claros, a exemplo do que ocorreu em todo o mundo. O nome do piloto foi aplaudido e cantado em coro pelo grande público que compareceu ao ginásio do Sesc para prestigiar a abertura da IX Copa Minas Peças/Antarctica de Vôlei, na última segunda-feira, à noite. Houve inclusive um momento de muita emoção quando foi feito um minuto de silêncio em respeito ao fim trágico que Senna teve na pista de Ímola, na Itália.*

A coordenação da Copa destacou a importância da homenagem presta a Ayrton Senna, considerando um exemplo do esporte brasileiro e o melhor piloto do mundo. "É a forma que encontramos de homenagear o piloto e consternar os nossos sentimentos quanto ao seu trágico falecimento na manhã de domingo", disse o professor Hermenegildo Giovanoni Neto, o



Belezão, coordenador-geral da Copa, completando que o episódio abalou o mundo.

### A RODADA

Ainda emocionados com a cena que tirou Senna de cena, os atletas das 72 equipes inscritas na Copa Minas Peças/Antarctica de Vôlei encontram ânimo para iniciar os jogos, na noite de segunda-feira e, anteontem, também à noite, deram mais um show, levando os torcedores ao delírio no Conjunto Sócio-Desportivo do Serviço Social do Comércio (Sesc), quando a segunda rodada foi disputada.

Os resultados apresentados fo-

ram os seguintes: petiz masculino - São Mateus 2 x 0 Escola Técnica juvenil feminino - Padrão 2 x 0 Promove, adulto feminino - Montes Claros Tênis Clube (MCTC) 2 x 0 Gá: Trevo, adulto masculino - São Mateus/Antarctica 2 x 0 Eldorado mirim feminino - Promove 2 x 0 Ferroviário e Centro Esportivo 2 x 0 Colégio Imaculada Conceição (CIC), infantil feminino - Integral 2 x 0 Padrão B e juvenil masculino - Escola Técnica 2 x 0 Promove.

### JOGOS DE HOJE

No ginásio coberto: petiz feminino - Padrão A x Centro Esportivo B e CIC B x Promove, juvenil masculino - Padrão x Colégio Agrícola e adulto masculino - Atletas de C: petiz x São Mateus. Quadra externa: petiz feminino - Escola Técnica x Opção e no masculino - Escola Técnica B x São Mateus, juvenil masculino - Francisco Sá x Escola Técnica A e Jardim Eldorado x Escola Técnica B. Os jogos começam às 18h30.

OV

### SUBSTITUIÇÃO

Substituição é o provimento eventual do cargo do qual o servidor está afastado temporariamente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Ao servidor titular de cargo efetivo designado para o exercício temporário em comissão assegurado o retorno ao seu cargo de origem.

VI

### OUTRAS FORMAS DE PROVI-

Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito das áreas administrativas e operacionais da Prefeitura Municipal.

Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo ou função anteriormente ocupado, por força de decisão com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

1º - Na hipótese do cargo anteriormente extinto, a reintegração dar-se-á de igual nível de responsabi-

2º - Não havendo cargo vago a ser ocupado pelo reintegrado, a Câmara Municipal criará a respectiva criação, através de lei.

Reversão é o reingresso do servidor no cargo ou função anteriormente ocupado, após verificado o retorno médico, de que não subsistirem motivos determinantes da aposentadoria.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não poderá ser reintegrado o servidor que tenha completado 70 anos de idade.

Recondução é o retorno do servidor ao cargo ou função anteriormente ocupado ou correlato ao

servidor.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A jornada de trabalho é indicada na ficha técnica funcional de cada cargo ou função, necessária ao desempenho das atribuições, de acordo com a legislação própria e horário de funcionamento da Câmara Municipal.

**Art. 34º** - A remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Montes Claros e, no que couber, isonômica à dos servidores da Prefeitura Municipal.

### SEÇÃO I

#### DA SUBSTITUIÇÃO E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

**Art. 35º** - Ao servidor efetivo, designado eventualmente para exercer cargo de provimento em comissão, será paga uma gratificação de 30 (trinta) por cento do vencimento base do seu cargo efetivo, nos casos em que a designação for por um período inferior a 30 (trinta) dias.

**Art. 36º** - Ao servidor em adjunção na Câmara Municipal poderá ser concedida gratificação de até 30 (trinta) por cento do vencimento base de seu cargo de origem.

**Art. 37º** - Ao servidor em substituição por período superior a 30 (trinta) dias será paga uma gratificação equivalente à diferença verificada entre seu vencimento base e o vencimento base do cargo do substituído, nos casos em que este for superior àquele.

**Art. 38º** - O Presidente da Câmara poderá conceder abono provisório aos servidores do quadro efetivo e em comissão cujo abono será incorporado ao vencimento no mês em que houver compensação de perdas salariais do servidor.

**Art. 39º** - O servidor poderá receber, além do vencimento, as seguintes vantagens pecuniárias:

1 - Diárias para viagens, mediante auto-

remuneração.

**Art. 45º** - Na avaliação de desempenho serão considerados os seguintes fatores:

- a) - assiduidade;
- b) - pontualidade;
- c) - disciplina;
- d) - dedicação;
- e) - confiabilidade;
- f) - iniciativa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Além dos fatores a que se refere este artigo, serão levados ainda em consideração a complexidade das atribuições do cargo, bem como o esforço físico e mental que se exigir do servidor para exercê-las.

**Art. 46º** - A Direção Administrativa da Câmara Municipal compete promover a avaliação do servidor, a cada dois anos de efetivo exercício, para efeito de progressão horizontal.

**Art. 47º** - A jornada semanal de trabalho é de 40 (quarenta) horas. Em caso de adoção do sistema de horário corrido, em dois turnos de 06 (seis) horas, a referida jornada será de 30 (trinta) horas.

**Art. 48º** - O servidor poderá ser colocado em adjunção para exercer atribuições funcionais em outro órgão ou entidade, por tempo determinado, havendo interesse da Câmara Municipal, mediante outorga de convênio.

### ANEXO I

#### TÍTULO : QUADRO DE CORRELAÇÃO DE CARGOS, CLASSES E NOMENCLATURAS

NOMENCLATURA ANTERIOR DOS CARGOS	Nº DE VAGAS	NOMENCLATURA ATUAL

motivos determinantes da aposen-  
tação.

**GRAFO ÚNICO** - Não poderá re-  
tor o servidor que tenha completado 70  
anos de idade.

7º - Recondição é o retorno do  
servidor ao cargo ou função que  
exercia anteriormente ou correlato ao  
cargo, decorrente de inabilidade  
diagnóstico probatório relativo a outro car-

8º - O aproveitamento em outro  
cargo e o retorno do servidor em disponi-  
bilidade remunerada.

**TÍTULO III**

**CARGOS, ATRIBUIÇÕES E RE-  
TOS**

1º - Para os efeitos desta Resolução,  
será-se:

**Cargo** - o conjunto de deveres,  
responsabilidades, tarefas, autoridades  
e competências a ocupar.

**Atribuições** - tarefas funcionais do  
cargo, segundo os equipamentos, instala-  
ções, instrumentos, habilidades e com-  
petências das atividades.

**Requisitos** - conjunto de característi-  
cas necessárias ao bom desempenho do  
cargo, avaliada por método próprio adota-  
da pela Câmara Municipal.

**Função Pública** - o conjunto de  
atribuições administrativas, técnicas e  
operacionais, que se comete ao servidor;

**Servidor** - a pessoa legalmente  
vinculada ao cargo ou função pública.

**Quadro de Pessoal** - o conjunto de  
atribuições de cargos de natureza efetiva e de  
natureza da estrutura funcional;

**Classe** - o conjunto de cargos com  
atribuições da mesma natureza, com o  
mesmo grau de complexidade e respon-  
sabilidade;

**Grupo Hierárquico** - a graduação  
dos cargos ou classes, por nível  
hierárquico e autoridade definida no  
programa administrativo;

**Ficha Técnica Funcional** - é a  
classificação dos elementos característi-  
cos do cargo ou função e dos requisitos  
necessários para exercê-lo;

**Lotação** - é a indicação da unidade  
operativa ou operacional em que o  
servidor deva ter exercício funcional, a ser  
definida por Resolução ou por portaria  
assinada pelo Presidente da Câmara.

A correlação de cargos, e suas  
atribuições, classes e denominações es-  
tabelecidas no anexo I integrante desta  
Resolução.

**TÍTULO IV**

**REMUNERAÇÃO E DA CONTRA-  
TADO**

1º - Remuneração é a retribuição  
financeira correspondente à soma do  
vencimento com os adicionais e demais  
parcelas a que o servidor tem direito.

**GRAFO ÚNICO** - A remuneração  
devidamente denominada provento.

1º - Vencimento é o valor mensal  
devido ao servidor pelo efetivo exercício  
de seu cargo, correspondente ao nível da  
classe, cujo valor é fixado por  
Resolução.

2º - As classes são desdobradas em  
níveis correspondentes aos vencimen-  
tos escalonados em ordem crescente.

3º - O valor atribuído ao nível de  
vencimento será devido à jornada de tra-  
balho por acordo coletivo de trabalho  
assinado para a classe a que pertence o

conceder abono provisório aos servidores  
do quadro efetivo e em comissão cujo  
abono será incorporado ao vencimento no  
mês em que houver compensação de  
perdas salariais do servidor.

Art. 39º - O servidor poderá receber, além  
do vencimento, as seguintes vantagens  
pecuniárias:

I - Diárias para viagens, mediante auto-  
rização prévia de solicitação de despe-  
sas;

II - Vale-Transporte;

III - Hora-extra, mediante autorização pré-  
via;

IV - Outras vantagens pecuniárias, con-  
forme dispuser o Estatuto dos Servidores  
Públicos Municipais.

**SEÇÃO II**

**DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DE-  
TERMINADO**

Art. 40º - Para atender a necessidade de  
excepcional interesse público, poderão  
ser efetuadas contratações de pessoal,  
por tempo determinado, limitando às se-  
guintes situações:

I - Atender situações de calamidade  
pública;

II - Prejuízo ou perturbações da prestação  
de serviços essenciais da Câmara Muni-  
cipal;

III - Em decorrência de demissão ou exo-  
neração, falecimento, aposentadoria do  
servidor das unidades administrativas e  
operacionais;

IV - Executar serviços técnicos profissio-  
nais de notória especialização.

Parágrafo 1º - As contratações serão  
feitas por período máximo de 06 (seis)  
meses.

Parágrafo 2º - O contratado é de natureza  
de direito administrativo e o contrato não  
é considerado servidor público.

**SEÇÃO III**

**DA PROGRESSÃO FUNCIONAL**

Art. 41º - A progressão horizontal é o  
acesso do servidor ao nível de vencimento  
imediatamente superior ao que se acha  
posicionado na tabela de progressão de  
respectiva classe, mediante prévia avalia-  
ção de desempenho e observado o  
interstício de dois anos de efetivo exercício.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A tabela de que  
trata este artigo é constituída por 18 (de-  
zoito) níveis de vencimento, colocados  
em ordem crescente, com variação  
percentual de 3% (tres por cento), pro-  
gressivamente, entre os níveis.

Art. 42º - A progressão vertical é a  
superposição de níveis de vencimentos  
base entre as classes, representada por  
variação percentual progressiva entre os  
cargos, que possibilita a carreira do servi-  
dor, mediante promoção ou acesso.

Art. 43º - O quadro de progressões hori-  
zontal e vertical, constando os níveis de  
vencimentos e respectivos valores, será  
estabelecido através de Resolução de  
iniciativa da Mesa Diretora.

**SEÇÃO IV**

**DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Art. 44º - A avaliação deve aferir o desem-  
penho do servidor no cumprimento das  
atribuições de seu cargo, permitindo o seu  
desenvolvimento profissional de carreira e

**TÍTULO : QUADRO DE CORRELAÇÃO DE CARGOS, CLASSES E NOMENCLATURAS**

NOMENCLATURA ANTERIOR DOS CARGOS	No. DE VAGAS	NOMENCLATURA ATUAL
<b>COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>		
Diretor executivo	uma	Gerente Administrativo
<b>ASSESSORIAS</b>		
Contador	uma	Assessor Técnico Financeiro
Secretário Executivo	uma	Assessor Técnico Legislativo
Assessor Jurídico Par- lamentar	uma	Asses. Jurídico Legislativo
Assessor de Gabinete	uma	Assessor Técnico de Gabinete
Assessor Parlamentar	uma	Assessor Técnico Parlamentar
Assessor de Imprensa	uma	Asses. Imprensa e Comunicação

<b>AUXILIARES ADMINISTRATIVOS</b>		
Técnico em Contabilidade	uma	Assist. Técnico Administrativo
Assistente Legislatvo	uma	Assist. Administrativo II
Aux. Administrativo II	uma	Assist. Administrativo I

<b>SETORES OPERACIONAIS</b>		
Vigia	uma	Assistente Operacional I
Aux. de serviços gerais	cinco	Assistente Operacional I
Recepcionista	duas	Assistente Operacional II
Encarregado Serv. Gerais	uma	Assistente Operacional III
Telefonista	duas	Assistente Operacional III
Motorista	uma	Assistente Operacional IV
Aux. Administrativo I	duas	Assistente Operacional IV
Almoxarife	uma	Assistente Operacional IV
Program. de Computador.	duas	Assist. Técnico Operacional

<b>AUXILIARES PARLAMENTARES</b>		
Assessor Legislativo	vinte e quatro	Assistente Parlamentar
Auxiliar de Gabinete	vinte e uma	Auxiliar de Gabinete

II  
ANEXO No. \_\_\_\_\_

**TÍTULO : QUADRO DEMONSTRATIVO DE GRUPOS E HIERÁRQUICOS, NÍVEIS, CLASSES, CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, FORMAS DE PROVIMENTO E NÍVEIS DE VENCIMENTO NA CLASSE.**

GRUPOS HIERÁRQUICOS	NÍVEL	CLASSES	CARGOS	No. DE VAGAS	PROVIMENTO	NÍVEL SAL. NA CLASSE
Coordenadores Administrativos	I	I	Gerente Administrativo	uma	Comissao	I
			Coordenador de Setor Operacional	uma	Func. Gratif.	
Assessorias	II	II	Assessor Técnico Legislativo	uma	Efetivo	II
			Assessor Técnico Financeiro	uma	Efetivo	II
			Assessor Jurídico Legislativo	uma	Efetivo	II
			Assessor Técnico de Gabinete	uma	Efetivo	I
			Assessor Técnico Parlamentar	uma	Efetivo	I
Asses. de Imprensa e Comunicacao	uma	Comissao	I			
Assistentes Administrativo	III	III	Assistente Administrativo III	uma	Efetivo	III
			Assistente Técnico Administrativo	uma	Efetivo	II
			Assistente Administrativo II	uma	Efetivo	II
			Assistente Administrativo I	uma	Comissao	I
Assistentes Operacionais	IV	IV	Assistente Técnico Operacional	duas	Efetivo	V
			Assistente Operacional IV	duas	Efetivo	IV
			Assistente Operacional III	quatro	Efetivo	III
			Assistente Operacional II	tres	Efetivo	II
			Assistente Operacional I	seis	Efetivo	I
Assistentes Parlamentares	V	V	Assistentes Parlamentares	vinte e quatro	Comissao	I
Auxiliares de Gabinetes	VI	VI	Auxiliar de Gabinete II	cinco	Comissao	II
			Auxiliar de Gabinete I	vinte e um	Comissao	I